



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Executiva  
Secretaria de Gestão Corporativa  
Superintendência Regional de Administração no Estado de Minas Gerais  
Divisão de Recursos Logísticos  
Serviço de Suprimentos  
Equipe de Contrato

**SEXTO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO SAMF-MG Nº 02/2018 DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS  
DE RECEPÇÃO [COM E SEM  
“CERTIFICAÇÃO DIGITAL” NOS CASOS  
INDICADOS], “CONTÍNUO”  
ADMINISTRATIVO E COPEIRAGEM,  
COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA  
[RESIDENTE], PARA AS  
PROCURADORIAS SECCIONAIS DA  
FAZENDA NACIONAL EM MINAS  
GERAIS, JURISDICIONADAS À  
PROCURADORIA DA FAZENDA  
NACIONAL NO ESTADO DE MINAS  
GERAIS, QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A  
UNIÃO E SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI.**

Em 20 de maio de 2020, na Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado de Minas Gerais (SRA/MG), situada no Edifício-Sede do Ministério da Economia, na Avenida Afonso Pena, nº 1.316, Centro, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, celebram o presente com as seguintes partes que se seguem.

De um lado, como Contratante, a **União**, por intermédio da SRA/MG, neste ato representada pela Senhora Sônia Lúcia Dias, Chefe da Divisão de Recursos Logísticos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, § 1º, inciso I, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria MF nº 144, de 27/04/2016, publicada no DOU em 29/04/2016.

De outro lado, a empresa **SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI**, como Contratada, CNPJ nº 05.670.079/0001-81, com sede na Rua Alvarenga nº 361, Bairro Dom Bosco, cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Senhor Lindon Carlos Ferreira Lins, CPF nº 361.180.491-00, Carteira de Identidade nº 864.051SSP-DF, titular administrador, estado civil: casado, nacionalidade brasileiro, representante da empresa.

Este Termo foi elaborado com observância das Disposições da Lei 8.666/1993, e alterações, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, e alterações, e demais normas pertinentes, e submetido à análise jurídica da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais, em face do interesse e conveniência da Administração decorrente da assinatura deste documento.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - QUALIFICAÇÃO**

- 03 postos de recepção SEM certificação digital, lotados na Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Uberaba, passam a ser qualificados COM certificação digital.

**Parágrafo Primeiro:** o valor mensal da qualificação corresponde a uma majoração contratual de R\$ 31,26 (Trinta e um reais e vinte e seis centavos) para a Procuradoria da Fazenda Nacional.

**Parágrafo Segundo:** o impacto financeiro total da qualificação da recepcionista supracitada, representa um percentual inferior a 0,01% no valor global anual repactuado do contrato.

**Parágrafo Terceiro: Do limite legal das alterações:**

Considerando todos os termos aditivos de supressão e acréscimo celebrados até a presente data, foi acrescido acumuladamente o equivalente a **1,32% (hum inteiro e trinta e dois centésimos por cento)** do valor original atualizado e suprimido acumuladamente o valor de **1,22% (hum inteiro e vinte e dois centésimo por cento)** do valor original atualizado. Dessa forma, as alterações a serem efetivadas encontram-se dentro do limite legal, **previsto no art. 65, da Lei nº 8.666/93**, a saber: “§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos”.

**Parágrafo Quarto:** Com a alteração no caput desta Cláusula, os postos de serviços remanescentes observam a seguinte composição:

EDIFÍCIO / ÓRGÃO	CARGO	QTDE 6º TA	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO MENSAL TOTAL	
PSFN - Governador Valadares	Contínuo Administrativo	1	R\$ 3.043,18	R\$ 3.043,18	R\$ 35.835,45
PSFN - Governador Valadares	Copeiragem	0	R\$ 3.212,30	R\$ -	
PSFN - Governador Valadares	Recepção	0	R\$ 4.673,94	R\$ -	
PSFN - Governador Valadares	Recepção com certificação digital	7	R\$ 4.684,61	R\$ 32.792,27	
PSFN - Ipatinga	Contínuo Administrativo	1	R\$ 2.976,32	R\$ 2.976,32	R\$ 39.618,24
PSFN - Ipatinga	Recepção com certificação digital	8	R\$ 4.580,24	R\$ 36.641,92	
PSFN - Juiz de Fora	Contínuo Administrativo	1	R\$ 2.840,70	R\$ 2.840,70	R\$ 30.388,74
PSFN - Juiz de Fora	Copeiragem	1	R\$ 3.009,82	R\$ 3.009,82	
PSFN - Juiz de Fora	Recepção	1	R\$ 4.080,82	R\$ 4.080,82	
PSFN - Juiz de Fora	Recepção com certificação digital	5	R\$ 4.091,48	R\$ 20.457,40	
PSFN - Montes Claros	Recepção	1	R\$ 4.522,38	R\$ 4.522,38	R\$ 40.784,86
PSFN - Montes Claros	Recepção com certificação digital	8	R\$ 4.532,81	R\$ 36.262,48	
PSFN - Patos de Minas	Contínuo Administrativo	1	R\$ 2.832,73	R\$ 2.832,73	R\$ 35.118,74
PSFN - Patos de Minas	Recepção	1	R\$ 4.026,73	R\$ 4.026,73	
PSFN - Patos de Minas	Recepção com certificação digital	7	R\$ 4.037,04	R\$ 28.259,28	
PSFN - Pouso Alegre	Recepção com certificação digital	7	R\$ 4.232,10	R\$ 29.624,70	R\$ 29.624,70
PSFN - Sete Lagoas	Contínuo Administrativo	1	R\$ 2.951,30	R\$ 2.951,30	

PSFN - Sete Lagoas	Recepção	5	R\$ 4.544,90	R\$ 22.724,50	R\$ 48.452,40
PSFN - Sete Lagoas	Recepção com certificação digital	5	R\$ 4.555,32	R\$ 22.776,60	
PSFN - Uberaba	Copeiragem	1	R\$ 3.164,09	R\$ 3.164,09	R\$ 30.770,76
PSFN - Uberaba	Recepção	1	R\$ 4.592,42	R\$ 4.592,42	
PSFN - Uberaba	Recepção com certificação digital	5	R\$ 4.602,85	R\$ 23.014,25	
PSFN - Uberlândia	Contínuo Administrativo	1	R\$ 2.860,18	R\$ 2.860,18	R\$ 29.526,59
PSFN - Uberlândia	Recepção	1	R\$ 4.435,81	R\$ 4.435,81	
PSFN - Uberlândia	Recepção com certificação digital	5	R\$ 4.446,12	R\$ 22.230,60	
PSFN - Varginha	Recepção com certificação digital	6	R\$ 4.270,31	R\$ 25.621,86	R\$ 25.621,86
PSFN - Varginha	Recepção	0	R\$ 4.259,91	R\$ -	
Quantitativo Total de Postos		81	Total	Mensal	R\$ 345.742,34
				Anual	R\$ 4.148.908,08

## CLÁUSULA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

Dado o valor da qualificação não será necessário alteração na garantia contratual.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir de 14/05/20.

## CLÁUSULA QUARTA - DA VIA DO TERMO PARA A CGU

A Contratante manterá à disposição da Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais uma via deste documento e de outros que eventualmente forem firmados, em atendimento às disposições da Portaria Ministerial MF nº 4/1999, baixada pelo Ministro do Estado da Fazenda.

## CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE E EFICÁCIA

Este Termo Aditivo só terá validade e eficácia após a aprovação pelo Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, conforme disposto no artigo 33, inciso I, do Decreto nº 93.872/1986, e publicado por extrato no “Diário Oficial da União”.

De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/1993, e alterações posteriores, este **Termo Aditivo** foi lavrado e assinado pelas partes contratantes, bem assim pelas testemunhas abaixo nomeadas, como prova da concordância quanto ao seu teor.

CONTRATANTE: **União**, representada pela Senhora Sônia Lúcia Dias, Chefe da Divisão de Recursos

Logísticos, já qualificada no preâmbulo deste instrumento.

---

CONTRATADA **SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI**, representada pelo senhor Lindon Carlos Ferreira

Lins, já qualificado no preâmbulo deste instrumento.

TESTEMUNHAS:

**SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SAMF-MG Nº 02/2018 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE RECEPÇÃO [COM E SEM “CERTIFICAÇÃO DIGITAL” NOS CASOS INDICADOS], “CONTÍNUO” ADMINISTRATIVO E COPEIRAGEM, COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA [RESIDENTE], PARA AS PROCURADORIAS SECCIONAIS DA FAZENDA NACIONAL EM MINAS GERAIS, JURISDICIONADAS À PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A UNIÃO E SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI.**

### **APROVAÇÃO**

No uso das minhas atribuições legais, com fundamento no artigo 33, inciso I, do Decreto nº 93.872/1986, combinado com o disposto no artigo 86 da Portaria Ministerial MF nº 144, baixada pelo Ministro de Estado da Fazenda em 27 de abril de 2016, publicada no “Diário Oficial da União” de 29 de abril de 2016, aprovo o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, celebrado com a empresa Santa Fé Serviços EIRELI.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2020.

**ACÁCIO CÂNDIDO DA SILVEIRA SANTOS**

Superintendente



Documento assinado eletronicamente por **Lindon Carlos Ferreira Lins, Usuário Externo**, em 21/05/2020, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Núbia Alves, Assistente Técnico-Administrativo**, em 22/05/2020, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Kênia Maria Fonseca Medeiros, Agente Administrativo**, em 22/05/2020, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Lúcia Dias, Chefe de Divisão**, em 22/05/2020, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Acácio Cândido da Silveira Santos, Superintendente de Administração**, em 22/05/2020, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8160354** e o código CRC **BCF5E974**.

---